

## AS VIRTUDES E DEFEITOS DO MERCADO COMO MECANISMO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS NA ECONOMIA

Renato Ribeiro Velloso\*

Para responder a essa questão, devemos voltar no tempo, até o século XVI, quando os mercantilistas achavam que a maneira mais importante para enriquecer um país era a obtenção de metais preciosos, ou seja, ouro e prata. Mas esse pensamento mostrou aos economistas, que para comprar o metal precioso havia a necessidade de recursos e que para a obtenção desses recursos era preciso exportar e que para exportar era necessário produzir.

A partir de então, e no transcorrer dos séculos XVIII e XIX, o pensamento econômico evoluiu e surgiram inúmeras obras tratando das causas da riqueza, da divisão do trabalho, do mercado, dos salários, da ação do Estado etc.

O pensamento liberal econômico passou a pregar o fim da intervenção do Estado (defeito) no mercado, isto é, na produção e na distribuição das riquezas; no fim das medidas protecionistas e dos monopólios (defeitos) e a defender a livre concorrência entre empresas (virtude) e a abertura dos portos entre os países (virtude).

Esse pensamento teve como principais defensores, Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo, James Mill, e muitos outros, que formaram a “Escola Clássica Inglesa”.

Dos citados, sobressai-se Adam Smith, escocês nascido em 1723, que publicou em 1776, a mais importante obra sobre economia, do século XVIII: *Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações*.

\* Co-fundador e editor da Revista de Criminologia e Ciências Penitenciárias, do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo, Pós-graduado em Direito Penal Econômico Internacional, pelo Instituto de Direito Penal Econômico e Europeu da Universidade de Coimbra, Portugal, MBA em Economia e Direito do Sistema Internacional, pela Universidade de São Paulo – USP, e co-autor do livro “Crimes Tributários e Econômicos”, pela Editora Quartier Latin do Brasil. (renatov@ajato.com.br)

Nesse livro, que é um manifesto contra as regras econômicas então existentes e contra o mercantilismo, ele lança os fundamentos para o estudo da economia, tornando o assunto compreensível e organizado.

Nessa obra, vemos que a grande virtude do mercado como meio de geração de recursos para a economia é a sua auto-regulação (virtude), e isso se dá com o trabalho dos indivíduos que, perseguindo interesses pessoais, acabavam promovendo, no coletivo, a riqueza das nações, sem a necessidade da intervenção do Estado (defeito) na economia. É a chamada “teoria da mão-invisível”: “Todo indivíduo ao preferir dar sustento mais à atividade doméstica que à exterior, tem em vista sua própria segurança e ao dirigir essa atividade de maneira que sua produção seja de maior valor possível, ele tem em vista seu próprio lucro e neste caso, como em muitos outros, ele é guiado por uma mão invisível a promover um fim que não fazia parte da sua intenção. E o fato de este fim não fazer parte de sua intenção, nem sempre é o pior para a sociedade. Ao buscar seu próprio interesse, frequentemente ele procura o da sociedade de maneira mais eficiente do que quando realmente tem a intenção de o promovê-lo”. É a lei natural do mercado, onde a competição e a livre concorrência entre os produtores determinam o preço das mercadorias e regulamentam a economia, sem a necessidade da intervenção da autoridade do Estado (defeito).

Podemos ilustrar a auto-regulação do mercado e a teoria da mão invisível, com o exemplo da Fabrica de Sorvetes: “enquanto houver apenas uma fabrica de sorvetes, (monopólio) todas as pessoas que quiserem consumir sorvetes, deverão comprá-lo daquele único fabricante e ele poderá cobrar o preço que quiser. Quando outros perceberem que o negócio é lucrativo, decidirão também fabricar sorvetes. Dentro de pouco tempo, haverá vários fabricantes. Isso os obrigará, a aperfeiçoar a qualidade do produto e a reduzir seu preço, em função da concorrência”.

O mercado, sendo livre, produzirá os bens na quantidade e no preço exigidos pelos consumidores (virtude), não havendo, assim, necessidade da interferência do Estado na economia (defeito).

Smith criticava os monopólios e também os cartéis (união ou acordo de várias empresas, produtores de um mesmo bem, para fixação de um preço único). Ele achava que a competição, a livre concorrência, eram necessárias para o bom funcionamento da “mão invisível”.

Outra virtude, citada por Adam Smith, em seu livro é a divisão do trabalho. Sendo o trabalho em geral a única fonte de riqueza de uma nação, ele deve

ser dividido entre as pessoas que a compõem e distribuído pelos diferentes ramos de produção, ou seja, o crescimento da riqueza é o resultado da divisão do trabalho.

Smith exemplifica a divisão do trabalho com a descrição de uma manufatura de alfinetes, e a divisão das tarefas entre dez operários, como numa linha de montagem: o primeiro desenrola o arame; o segundo o endireita; o terceiro o corta; o quarto faz as pontas e assim sucessivamente. O resultado é um enorme ganho de produtividade; uma substancial redução de custos; o aperfeiçoamento do trabalhador; a eliminação da perda de tempo na passagem de uma tarefa para outra; a criação de novas ferramentas e instrumentos destinados a facilitar e poupar trabalho, etc. No final, enquanto um operário, individualmente, produzia vinte alfinetes por dia, os dez, em conjunto, passaram a produzir quarenta e oito mil por dia.

Esse excedente de produção, que ultrapassa o consumo pessoal, ou mesmo coletivo, permite a sua troca por outros bens, que irão compor a riqueza do indivíduo, da empresa e da nação, constituindo-se também numa virtude do mercado.

A divisão do trabalho pode ser aplicada não só dentro de uma empresa, como entre produtores de diferentes ramos de produção.

Ainda segundo Adam Smith, cabe a defesa das leis de mercado (virtude), o fim de restrições às importações (defeito) e dos gastos governamentais improdutivos (defeitos).

Ao Estado caberiam as funções de manter a segurança da população, a administração da justiça e a manutenção de certas instituições públicas. Sua intervenção em outros setores seria inútil e prejudicial.

Karl Marx foi outro escritor que influenciou de forma decisiva o pensamento político e econômico dos dois últimos séculos, preocupando-se com as causas da transformação social e histórica, estabelecendo uma teoria que continua a manter algum poder explicativo, embora a sua aplicação mecânica e absoluta se tenha revelado insuficiente e errônea (defeitos do mercado).

Ele dizia que a alienação do trabalhador no exercício do seu trabalho é explicada pelas leis da economia política: “quanto mais o operário produz, menos ele tem para consumir e quanto mais valor (riqueza) ele cria, menos valioso ele se torna; quanto mais perfeito o seu trabalho, mais imperfeito (grosseiro) ele se torna; quanto mais poderoso o trabalho, mais frágil o trabalhador”. Obviamente estes fatos não são confirmados pela história econômica. O seu livro “O Capital”, do ponto de vista da teoria econômica, hoje, tem valor quase que apenas arqueológico. Muito mais atual é a afirmação de Adam Smith de que

“a real e eficaz disciplina exercida sobre o trabalhador, não é a do empregador, mas a dos seus clientes. É o medo de perder o emprego que restringe a acomodação e provoca a eficiência”.

A teoria keynesiana, surgiu no cenário da grande depressão, ocorrida com a crise de 1929 [quebra da bolsa de New York]. Keynes interpretava a crise como resultado da recusa dos capitalistas em investir, porque não viam perspectiva de retorno do capital aplicado.

Nessas circunstâncias, Keynes pregou a necessidade do Estado intervir na economia [defeito], assumindo a função da demanda. Encomendando grandes obras públicas (estradas, ferrovias, pontes, represas, usinas, etc.) ele [o Estado] faria com que o setor privado voltasse a ter vida, empregando operários, diminuindo o desemprego e aumentando a produção, criando novas riquezas.

Suas teorias tiveram grande influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado.

Ele achava que o desemprego era uma situação temporária e que graças às forças do mercado ele desapareceria. Seu objetivo era manter o crescimento da procura em igualdade com o aumento da oferta da economia, de uma forma equilibrada para garantir o pleno emprego, sem excesso, para não provocar o aumento da inflação. Na prática, porém, esse objetivo sofreu severas críticas pela doutrina econômica do monetarismo, pois em quase todos os países industrializados, o pleno emprego e o nível de vida crescente, alcançados nos anos posteriores à II Guerra Mundial, foram seguidos pela inflação [defeito]. Os keynesianos foram obrigados a admitir a dificuldade em conciliar o pleno emprego com a inflação, tendo em vista, principalmente, as negociações por aumentos salariais entre sindicatos dos empregados com os empresários [virtude].

Essa teoria é, até hoje, criticada pelos principais pensadores neoliberais (von Mises, Hayek, Milton Friedman), pois para eles qualquer intervenção estatal na economia é inaceitável.

A Revolução Industrial desenvolveu e consolidou uma nova sociedade: a sociedade liberal capitalista, fundamentada na igualdade jurídica entre os homens, na livre iniciativa e na empresa privada [virtudes]. Os indivíduos deveriam ser livres para comprar, vender, investir e fazer contratos, de acordo com seus interesses [virtudes do mercado].

O equilíbrio da economia se dava na concorrência entre as empresas, que proporciona o aperfeiçoamento tecnológico das mais preparadas e ao desaparecimento das mais despreparadas.

Contudo, com crescimento da riqueza e da prosperidade dos donos do Capital, cresceu o empobrecimento daqueles que perderam seus direitos pelo uso da terra e se transformaram em trabalhadores assalariados. Mas para os liberais, nada poderia ser feito, pois qualquer lei que interferisse na relação de trabalho, seria considerada uma interferência indevida [defeito] e prejudicaria os relacionamentos entre os homens, considerados livres e iguais.

No decorrer do século XIX e início do século XX, a Revolução Industrial avançou, atingindo grande parte dos países da Europa Ocidental, os Estados Unidos e o Canadá e o Japão, criando empresas industrializadas e avançadas tecnologicamente, coroando o processo iniciado na Inglaterra em meados do século XVIII [virtudes do mercado] e que graças aos ensinamentos de Adam Smith vigoram hoje em praticamente todo o mundo.